



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

**REQUERIMENTO nº , DE 2018  
(Da Deputada Ana Perugini)**

Requer a realização de seminário em conjunto com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados para debater a Mulher na Política.

**Senhora Presidenta,**

Nos termos dos artigos 24, XIII, e 32, XXIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a **realização de Seminário a Mulher na Política** em conjunto com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, no dia 13 de junho.

Com a presença de representantes dos seguintes órgãos e entidades, entre outros a serem confirmados posteriormente:

- 1- Tribunal Superior Eleitoral;
- 2- Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral Eleitoral;
- 3- Universidade de Brasília – Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades;
- 4- Onu Mulheres;
- 5- Instituto Patrícia Galvão – IPG.

**Justificativa**

Desde o sufrágio do voto feminino até 1988, com a Constituição Cidadã, o país não tinha desenvolvido ações específicas que incentivasse o ingresso das mulheres na vida política do país. Foi com a ação política das parlamentares eleitas e dos movimentos de mulheres, que se uniram para aprovar inúmeras emendas, que as mulheres começaram a ter ação efetiva



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

sobre a vida política do país, constituindo a Bancada Feminina. Da Constituição Federal até 2008, pressões nacionais e internacionais dos movimentos de Mulheres levaram o país a pensar em campanhas e ações para incentivar uma maior participação feminina na política, como a aplicação de Lei eleitoral específica (Leis nº 12.034/2009 e Lei nº 13.165/2015). Uma década depois, o país segue ocupando o lugar nº 161º no ranking que mede a presença das mulheres na política, em um total de 186 países que compõem a Organização das Nações Unidas analisados.

No âmbito da Bancada Feminina do Congresso Nacional, foi lançada em 2014 a campanha “Mais Mulheres na Política, Mulher Tome Partido”, que visava incentivar a candidatura de mulheres e evitar a candidatura laranja, artifício utilizado pelos partidos políticos para preencher formalmente a lista de 30% de candidaturas femininas, mas sem dar a menor condição para que fizessem campanhas ou serem eleitas, sendo que algumas não receberam sequer um voto. A Bancada Feminina se uniu ao TSE, que lançou no âmbito do Tribunal a campanha “Mulher na Política”, com o slogan “Faça parte da política”. O resultado dessa parceria foi mostrado nas eleições gerais de 2014, com um aumento de 71% de mulheres aptas pela Justiça Eleitoral a concorrerem aos cargos eletivos, em relação às eleições de 2010.

Em 2016, a parceria foi mantida e uma nova campanha do TSE “Igualdade na Política” foi lançada no Congresso Nacional, para incentivar a participação feminina nos pleitos eleitorais. Entretanto, nas eleições de 2016, mais de 16 mil candidatas não receberam nenhum voto e 1.286 cidades nenhuma mulher foi eleita vereadora, dos 5.568 municípios. Além disso, apenas 24 municípios as mulheres representam a maioria dos eleitos para as Câmaras de Vereadores.

Os dados alarmantes apontam que 5 Estados não têm nenhuma mulher eleita para a Câmara Federal em 2014 e apenas uma Governadora foi eleita, Suely Campos, de Roraima. Além disso, dos 5.539 municípios com os dados divulgados, foram eleitos 4.898 prefeitos e apenas 641 prefeitas. Apesar



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

de as mulheres representarem mais da metade do eleitorado brasileiro, a participação feminina no Congresso Nacional é de apenas 11,3% dos parlamentares.

Desse modo, o Seminário objetiva estimular o debate sobre a baixa representatividade das mulheres na política; as ações e estratégias para ampliar a participação feminina na política e assegurar que mais mulheres sejam eleitas. Os convidados tratarão de questões que versem sobre a participação plena e efetiva das mulheres na vida política e a igualdade de oportunidades para a liderança nos processos político-partidários, de modo a aprofundar os pilares da democracia do país, para que assim o Brasil se torne cada vez mais justo e igualitário.

Face o exposto, e dada à relevância do tema, pedimos o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de maio de 2018.

Deputada **ANA PERUGINI**  
(PT/SP)